

## O ENSINO DE HISTÓRIA NO MEIO RURAL EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS NAS IES MINEIRAS (1996-2008)

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior – UFU – [silvajunior\\_af@yahoo.com.br](mailto:silvajunior_af@yahoo.com.br)  
Selva Guimarães Fonseca – UFU – [selva@ufu.com.br](mailto:selva@ufu.com.br)

### Introdução

Inicialmente, neste texto, nosso desafio foi esboçar o “estado da arte” da formação inicial e continuada de professores de História, em escolas localizadas no meio rural, no Estado de Minas Gerais, Brasil. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, restrito à produção acadêmica na área de Ensino de História; elegemos teses e dissertações produzidas nas IES (Instituições de Ensino Superior) mineiras, mais especificamente UFMG, UFU, UFJF, PUC Minas e UNIUBE, entre os anos de 1996 e 2008. Entretanto, no decorrer da investigação, constatamos que a temática inicialmente proposta é ainda pouco explorada. Sendo assim, reestruturamos o caminho da investigação e produzimos um mapeamento do conhecimento produzido na área de Educação no meio rural.

O recorte temporal de nossa pesquisa, a partir de 1996, justifica-se por dois motivos. O primeiro é pelo fato de que nesse ano foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96. Acreditamos que apesar das críticas à LDB, o seu caráter aberto e flexível possibilitou a educação básica se adequar, por exemplo, às peculiaridades da vida rural, à natureza do trabalho, às necessidades e aos interesses dos vários sujeitos. O segundo motivo é que a partir de 1996, de acordo com Aranha, (Aranha et. al., 2007), o Movimento dos Sem Terra – MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, em parceria com outros movimentos sociais, Igreja, universidades e ONGs, criaram o movimento *Por uma Educação Básica do Campo*.

Em nosso processo de investigação, algumas questões tornaram-se recorrentes: como se deu o processo da educação escolar no meio rural brasileiro? E em Minas Gerais, mais especificamente? Qual o perfil da educação nesse meio, em Minas, no atual contexto? Que temáticas relacionadas ao meio rural, quando tratadas, são privilegiadas na produção acadêmica das IES mineiras? Como se encontra o debate sobre a formação de professores de História nessa produção? O que dizem os professores de História sobre sua formação inicial e continuada?

Dessa forma, resumidamente, objetivamos na escrita deste texto analisar dimensões, vieses da história da educação no meio rural brasileiro, especialmente no Estado de Minas Gerais; apresentar as temáticas privilegiadas em relação ao meio rural na produção acadêmica, banco de resumos de teses e dissertações, produzidas nas IES mineiras (1996-2008) e apresentar alguns resultados da investigação acerca da Formação, dos Saberes e das Práticas de Professores de Ensino de História, mais especificamente, dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, cuja dissertação foi defendida em março de 2007, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

O texto está dividido em quatro partes. Na primeira, revisitamos histórias da educação escolar no contexto rural brasileiro e, em particular em Minas Gerais. Na segunda parte, mapeamos a produção acadêmica das IES mineiras, sobre a educação escolar rural. No terceiro tópico, refletimos sobre as dimensões do ensino de História no meio rural e sobre as narrativas de professores de História. E, por fim, nas considerações finais, apresentamos um balanço dos resultados de nossa investigação.

## **1. Histórias da educação escolar no contexto rural brasileiro**

Propomos-nos aqui rever alguns percursos da educação escolar no contexto rural brasileiro; caminhos marcados por avanços e retrocessos, sendo processo construído e modificado ao longo do tempo. Como nos ensina Hall (2005) e Bauman (2005), é uma fantasia acreditar em uma identidade totalmente unificada, completa, segura e coerente. Porém, é impossível negligenciar o fato de que a história da educação no meio rural brasileiro foi, marcadamente, desfavorável aos seus respectivos sujeitos sociais.

No interior do debate acerca da identidade da educação escolar rural, Silva e Costa (2006) diferenciam o paradigma da educação rural do paradigma da educação no campo. Segundo tais autoras, o paradigma da educação rural apóia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País e não se propõe fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira; muito menos incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que exigem a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação rural tornou-se, segundo elas, um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos e excluídos, e seus territórios não existem porque não são entendidos como territórios de vida.

O paradigma da educação no campo, de acordo com Silva e Costa (2006), concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde trabalhadores lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. Concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, de todos os povos do campo brasileiro. Valoriza a importância da agricultura familiar ao reconhecer a diversidade do campo brasileiro. Além disso, no processo de redemocratização do Brasil, fortaleceram-se as lutas e a organização dos movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra, MST, cuja agenda de reivindicações prevê a extensão de direitos, como a educação.

Essas mudanças implicam a necessidade de um novo paradigma da educação para e no campo. Neste texto, manteremos a denominação “escolas no meio rural”, visando dar maior abrangência ao objeto de pesquisa, incluindo experiências de educação rural e de educação no campo.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004), a escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas (1980 e 1990), como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

A escola no meio rural no Brasil foi construída tardiamente e sem o apoio necessário por parte do Estado para que se desenvolvesse. Não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, sobretudo a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral; o que contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950.

Segundo Flores (2000), no processo de tramitação da LDB 4024/61 foram acirrados os debates a respeito da responsabilidade do Estado para com a educação do país. Porém, o debate que se configurou neste período não foi suficiente para garantir as escolas para o meio rural. Com a negligência do Estado em relação às escolas rurais, as próprias comunidades se organizaram para criar escolas e garantir a educação de seus filhos, contando, algumas vezes, com o apoio da Igreja, de outras organizações e movimentos sociais comprometidos com a educação popular.

Com o golpe militar, em 1964, a política educacional passou a sofrer um processo de mudanças. Os canais de participação e representação popular, por exemplo, foram fechados, impedindo assim a manifestação dos grupos envolvidos. Houve sim a

perseguição, prisão e exílio de educadores comprometidos com projetos de educação popular.

A partir da Lei n<sup>o</sup> 5.692/1971 podemos afirmar, ancorados em Leite (1999), que a educação rural mais uma vez não foi focalizada ou enfatizada, mas pior, foi destituída de sua identidade. Essa reforma educacional centralizada e excludente se baseou no binômio segurança nacional e desenvolvimento econômico.

Na sociedade brasileira dos anos 1970, as reações ao autoritarismo implantado pelo golpe militar vigente cresceram. Outras possibilidades para a escola rural começaram a ser pensadas de acordo com uma perspectiva crítica. Iniciativas diferentes, situadas no campo da educação popular, política, educação de jovens e adultos, passaram a exigir maior participação do Estado no cenário rural brasileiro.

Essas discussões se acentuaram com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que propunha, no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
  - II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
  - III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.
- (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

As medidas de adequação da escola à vida do campo não estavam contempladas anteriormente nesta sua especificidade. Segundo Leite (1999), a LDB/1996 promoveu a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo da escola rural um planejamento ligado à vida rural e, de certo modo, desurbanizado. No entanto, mesmo diante das mudanças propostas pela referida Lei, a problemática ligada à escola rural permaneceu. Leite (1999) já apontava para alguns problemas a serem considerados nos anos 1990. Quanto à clientela da escola rural, o autor destacou a distância entre os locais de moradia/trabalho/escola e o acesso precário a informações gerais. Em relação à participação da comunidade no processo escolar, é evidenciado o distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral. Quanto à ação didático-pedagógica, tal autor percebia a inadequação do então currículo, geralmente estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana.

Com o propósito de mudar esse cenário, nas últimas décadas do século XX houve uma instigante presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do País. Tais sujeitos se mostravam diferentes e exigiam respeito. Denunciavam o silenciamento e o esquecimento sobre suas realidades por parte dos diversos órgãos governamentais e lutavam por uma escola, no campo, que não fosse apenas um arremedo da escola urbana, mas que estivesse atenta às especificidades dos seus sujeitos.

Assentimos com Grupo Permanente de Trabalho e Educação no Campo (2005), ao defenderem os seguintes princípios pedagógicos: 1) o papel da escola é formar sujeitos, e isso deve articular-se a um projeto de emancipação humana; 2) é valorizar os diferentes saberes oriundos da diversidade de sujeitos no processo educativo; 3) é valorizar os diferentes espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, pois a educação no campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles; 4) é vincular a escola à realidade dos sujeitos; 5) é ter a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) é desenvolver a autonomia e a colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Nesse sentido, é importante que a escolaridade rural tenha como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. No meio rural, os responsáveis pela educação escolar deparam-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, clientelas diferentes das que estão acostumados na cidade, com valores e aspirações próprios. Faz-se necessário romper com a visão preconceituosa de que o meio rural é um espaço atrasado, de ignorância, sem cultura, sem vida, sem identidade. Nesse sentido, mais do que fazer um “remendo”, é preciso humanizar e legitimar as dimensões políticas e pedagógicas da educação básica no meio rural.

Pensar a educação em escolas no meio rural brasileiro é pensar em estratégias que ajudem a reafirmar identidades. Neste sentido, é importante ressaltar o protagonismo do MST. De acordo com Lucini (2007), o MST é um dos movimentos sociais do campo que, na história do Brasil, sobressai-se pelas suas ações, conquistas e, principalmente, pela sua organização. É um movimento que cresceu e fortaleceu-se de tal forma, que suas ações têm desafiado a suposta “ordem” social, econômica e cultural. Tem tido uma capacidade de reinventar-se politicamente. A autora define o MST, como grupo da sociedade civil que se organiza e assume a história no sentido de fazê-la acontecer. Conduz pela sua força social os processos de transformação, não espera soluções do Estado, mas faz a história.

No caso da educação no meio rural, o MST contribuiu para grandes conquistas. Uma delas é o Parecer n. 36/2001, que propõe medidas de adequação à vida no campo. Outra conquista foi a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo. Ressalta-se que em fevereiro de 2004, o governo brasileiro criou, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que conta com a Coordenação Geral da Educação no Campo.

Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo a identidade desse tipo de escola é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na comunidade, e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do País. No sentido de entender a educação escolar no meio rural mineiro, apresentamos a seguir um breve histórico.

### **1.1 – Especificidades e projetos para a educação no meio rural em Minas Gerais**

A história da educação escolar, no meio rural em Minas Gerais integra, de maneira geral, o quadro da educação no meio rural brasileiro, com algumas singularidades. De acordo com Silva (Silva et.al., 2008), ao longo do processo de reforma de ensino no Estado de Minas Gerais, em 1927 fortaleceu-se o debate que defendia o dualismo na educação mineira. A proposta era de um modelo de escola para a cidade e outro para o meio rural, e neste havia dois posicionamentos: enquanto um grupo defendia que a escola deveria ensinar a ler e a escrever nos dois primeiros anos e, nos dois anos seguintes, ensinar técnicas agrícolas; o outro grupo propunha uma escola que tivesse um calendário adaptado ao meio rural, mas que ensinasse o mesmo que no meio urbano. Ambos os grupos concordavam que o papel da escola era diminuir o êxodo rural.

Como podemos observar, a preocupação não era com um ensino de qualidade, mas com o êxodo rural e suas conseqüências. O intuito do ensino oferecido era acabar com o analfabetismo e tornar o cidadão do campo “civilizado”. Silva (Silva et.al., 2008) afirma que por volta de 1930 a educação escolar, no meio rural em Minas Gerais, tinha a função de ensinar hábitos de higiene e outros valores. Aprender a ler e escrever ficava relegado a segundo plano.

O Plano Nacional de Educação (PNE), de 1934, definiu para o meio rural uma política pautada no controle do êxodo rural e na aculturação do homem do campo.

Outro aspecto do PNE foi a descentralização, em que a responsabilidade pelos níveis de ensino foi dividida entre a União, Estado e Municípios. O Estado de Minas Gerais, assim como os demais Estados Federados, ficou responsável pelo ensino primário, ginásial e secundário; e a rede de ensino no meio rural passou a ser responsabilidade dos municípios.

No contexto que se estendeu até a década de 1970, caracterizou-se no meio rural mineiro, as escolas isoladas. Nessa conjuntura, podemos identificar alguns problemas: salas multisseriadas, número reduzido de alunos, difícil acesso tanto para professores quanto para alunos, professores não qualificados, inexistência de condições físicas e de pessoal que garantissem um funcionamento razoável das escolas.

O cenário da educação escolar no meio rural mineiro, ao longo da década de 1970, evidenciou o que ocorria no cenário brasileiro. Foi um momento fértil de produção de pesquisas, projetos de capacitação e elaboração de materiais pedagógicos para as escolas. A maior parte desses materiais visava à diminuição do êxodo rural e dos índices de analfabetismo. Porém, segundo Silva (Silva et.al., 2008), não foram inseridas, nessas políticas, modificações na gestão das escolas. Nesse contexto, no estado de Minas Gerais, entravam em cena com muita força, os movimentos sociais, que reivindicavam uma escola direcionada para a realidade do campo. Uma das conseqüências dessa luta foi a criação, em Minas Gerais, das Escolas Família Agrícola.

Segundo Aranha (Aranha, et.al, 2007), a implementação das primeiras experiências de escolarização em conformidade com a Pedagogia da Alternância, em Minas Gerais, esteve relacionada com o movimento social e eclesial no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Os princípios basilares dessa modalidade pedagógica eram: a) a constituição de uma associação de pais, responsáveis por todas as questões relativas à escola; b) a alternância de etapas de formação entre a *Maison Familiale* e a propriedade familiar como princípio norteador da prática pedagógica; c) a composição de pequenos grupos de jovens (12 a 15 anos) sob a responsabilidade de um monitor, com possibilidade de aplicação dos princípios pedagógicos da alternância; d) a formação completa da personalidade, dos aspectos técnicos aos morais e religiosos; e) o desenvolvimento local sustentável como horizonte a nortear a relação homens e meio ambiente.

No final da década de 1980, iniciou-se, no Estado de Minas Gerais, o processo de nucleação das escolas municipais no meio rural, que se caracterizou pela união de pequenas escolas isoladas. Segundo Flores (2000), reduziu-se assim, a evasão das

Escolas Rurais. As salas de aula foram ampliadas, tanto no espaço físico como em número de alunos, também foi acrescido o número de professores. Houve, também, uma extensão no tempo de permanência nas escolas rurais. Entretanto, as escolas nucleadas não asseguravam que problemas históricos da educação rural fossem resolvidos.

Se a nucleação contribuiu para minimizar alguns problemas, por outro lado, produziu outros. Como professor em escolas no meio rural no período de 1996 a 2008 considero como principais: cansaço devido ao longo tempo no caminho para a escola; prejuízo aos trabalhos na(s) propriedade(s) rural(is); impossibilidade de participar de atividades extras no ambiente escolar, em razão da distância que separa residência e estabelecimento escolar. Além disso, havia (e ainda há) a impossibilidade de os pais participarem de comemorações, reuniões e diversos eventos promovidos pela escola. E esse pouco contato dos pais com os professores gerava (e gera) dificuldades, cujas causas seriam (e são), por exemplo, a ausência de determinados alunos em sala de aula, sem justificativas; ou a negligência dos pais quanto às tarefas e estudos dos filhos em casa.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, com o intuito de criar, no meio rural mineiro, uma escola que não fosse apenas um sistema formal de transmissão de conhecimentos, mas um espaço de construção de saberes culturalmente engajados, algumas experiências merecem ser registradas.

O Município de Patos de Minas promoveu no período de 2001 a 2004 um programa de desenvolvimento sustentável, mais especificamente, o Projeto de Educação Família Rural (EdufaRural). Baseava-se no referencial de Paulo Freire cujas bases conceituais e estratégias pedagógicas visavam o resgate das identidades do homem e da mulher do campo. O ponto de partida foi o contexto natural, social e econômico do aluno, sua vivência cotidiana e sua cultura. Com base no mundo do educando, pretendeu-se que os professores empregassem palavras, expressões e temas geradores que nortegassem o ensino e desencadeassem o processo de aprendizagem com lastro no cotidiano dos estudantes.

Outro registro é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em Minas Gerais (Pronea/MG), que segundo os dados do MEC, atendeu em 2008 a quase 11.000 (onze mil) jovens e adultos em 12 (doze) projetos que garantem a educação nas áreas de Reforma Agrária. As ações vão do ensino fundamental à graduação com propostas pedagógicas adaptadas à realidade do campo. O Programa também forma educadores

para atuar no ensino fundamental e médio nas comunidades rurais. As aulas ocorrem em regime de alternância, divididas entre o tempo na escola e o período na comunidade.

Outro registro necessário é o projeto educacional, “Formação de Jovens Assentados”, do Instituto de Terra de Minas Gerais (ITER), em parceria com a Animação Pastoral no Meio Rural (APR), que em foi desenvolvido em 2004. Destacaram temáticas como Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão Ambiental de Projetos de Assentamento que colaboraram para formatar esse projeto educacional.

Este breve histórico da educação no meio rural em Minas Gerais, nos permite tecer algumas considerações. Os movimentos sociais conquistaram mudanças significativas na educação escolar no meio rural mineiro, embora possamos perceber que são mudanças pontuais e que, se levarmos em consideração a extensão territorial do estado, o desafio de uma educação para e no meio rural, que respeite as especificidades dos seus sujeitos, ainda está posto. Comungamos com os autores que defendem o papel da pesquisa como estratégia fundamental no enfrentamento dos obstáculos. Neste sentido, no decorrer deste trabalho, apresentamos as produções acadêmicas que nos ajudam a refletir sobre como se encontra a educação escolar no meio rural em Minas Gerais, limites, potencialidades, avanços, retrocessos, desafios.

## **2. A educação no meio rural em produções acadêmicas do Estado de Minas Gerais**

As investigações, no banco de teses e dissertações da Capes (1996-2007) e no acervo digital de teses e dissertações das universidades (UFMG, UFU, PUC Minas, UFJF E UNIUBE), no ano de 2008, confirmam a escassez dos estudos sobre a educação no meio rural. Encontramos os seguintes números: na UFMG foram produzidas 582 (quinhentos e oitenta e duas) dissertações, sendo que apenas 9 (nove) investigam a temática da educação no meio rural; na UFU foram 323 (trezentos e vinte e três) dissertações, das quais somente 7 (sete) relacionadas ao meio rural; na UFJF, 124 (cento e vinte e quatro) dissertações e 5 (cinco) delas dedica a estudos sobre a educação no meio rural; na UNIUBE, de 54 (cinquenta e quatro) dissertações, 3 (três) estão relacionadas a educação no meio rural e na PUC Minas, de 119 (cento e dezenove) dissertações, encontramos 5 (cinco) relacionadas à temática investigada. Podemos afirmar que, no recorte temporal estudado foram publicadas, nas cinco universidades, um total de 1202 (um mil duzentos e duas) dissertações, sendo que apenas 29 (vinte e

nove) se referem à temática relacionada com a educação no meio rural. Quanto ao número de teses publicadas, encontramos, na UFMG, 155 (cento e cinquenta e cinco), sendo somente 2 (duas) relativa a educação no meio rural.

Os estudos de Mateus (2007), Carvalho (2008) e Silva (2008) referem à educação no meio rural em diferentes regiões do Brasil. Quanto aos trabalhos sobre a educação no meio rural em Minas Gerais, classificamos nos seguintes temas: a história da educação e políticas públicas no meio rural (Benfica, 2006; Cometti, 2005; Leite, 1996; Silva, 2007; Sales, 2007; Rodrigues, 1999 e Silveira, 2008); formação de professores, currículos e saberes (Pinto, 2007; Andrade, 2006; Freitas, 2004; Moreira, 2004; Graciano, 2004; Reis, 1999; Reis, 2002; Silva Júnior, 2007 e Camargo, 2008); práticas de letramento (Dias, 1999); educação infantil (Silva, 2004 e Gebara, 2008); gestão democrática (Alves, 2003); representações sociais (Correia, 2004; Faria, 2007 e Rocha, 2008); escolas de assentamento (Ferreira, 2006; Noronha, 2005 e Rodrigues, 2003); educação informal (Vale, 1997 e Portilho, 1998).

Os estudos apresentam dados que nos permitem concluir que a educação no meio rural em Minas Gerais expõe graves problemas de origem, ou seja, as escolas foram historicamente planejadas e fundamentadas nas escolas urbanas, sendo as práticas educativas muito distantes do cotidiano rural. Confirmam a importância e a necessidade de se historiar as políticas públicas, buscando compreender o porquê de as escolas no meio rural não desempenharem papéis realmente significativos, voltados para a emancipação do homem camponês. Deixam claro também a importância da organização dos trabalhadores rurais (em especial a partir da década de 1980), na busca por melhorar o ensino destinado à população que vive no meio rural.

As pesquisas contribuem para a compreensão dos possíveis motivos que levam os alunos do meio rural a fracassar nos estudos e buscam construir uma proposta educativa intercultural, na qual saberes e práticas da vida cotidiana sejam valorizados e integrados ao currículo escolar. Reforçam a idéia de que uma interação construtiva entre a educação escolar e o cotidiano do aluno contribui para melhorar a qualidade de vida dos estudantes do meio rural.

Como anunciamos no início deste texto, nosso intuito era esboçar o estado da arte da Formação de Professores de História em escolas localizadas no meio rural de Minas Gerais, deixamos para o final a única dissertação encontrada que explora essa temática: *Saberes e práticas de ensino de História em escolas rurais (um estudo no município de*

Araguari, MG, Brasil), defendida em março de 2007, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

### **3. O ensino de História na educação básica no meio rural mineiro: o que dizem os professores**

Fundamentados em Silva Júnior (2007), apresentaremos um perfil dos professores de História que atuam em escolas no meio rural mineiro. Destacaremos o que revelam sobre as dificuldades, necessidades, gostos e vantagens em se trabalhar em escolas localizadas no meio rural; sobre a formação inicial e continuada, seus saberes e suas práticas. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, cuja abordagem metodológica utilizada inspirou-se na modalidade da história oral temática. Foi entrevistado um grupo de 7 (sete) professores de História da rede municipal e estadual de ensino, que atuavam desde as séries finais do ensino fundamental até o ensino médio, no meio rural.

No que se refere às instituições escolares rurais investigadas nas narrativas dos sujeitos são recorrentes as dificuldades vividas por professores e alunos devido à entrada, em massa, de grupos identitários, até então, pouco presentes no espaço escolar. Estas questões podem ser identificadas nas narrativas dos colaboradores:

*(...) O aluno de zona rural, se bem que é importante deixar claro que existe uma diversidade dentro da realidade rural, por exemplo, no distrito do Amanhece, tem muita gente que veio do Paraná, filhos de cafeicultores, que também possuem uma grande vivência. Mas, no geral o aluno que vive no sítio não tem acesso à leitura constante, por isso, a dificuldade de “falarem”. Eu senti esta dificuldade dos alunos, até mesmo para contarem algo que aconteceu no seu dia-a-dia (Maria Aparecida Guedes).*

Em relação à formação inicial dos colaboradores, todos foram unânimes em afirmar que não foram preparados para a prática na sala de aula, e, no que diz respeito ao ensino em escolas rurais, nada foi discutido. Registramos, a seguir, trechos de algumas narrativas dos colaboradores:

*Refletindo sobre minha prática posso afirmar que durante minha formação inicial, nem sequer foi mencionada a realidade rural. O que aprendi foi no dia-a-dia e na troca com os companheiros das escolas pelas quais passei, estes me ajudaram muito (Maria Cristina).*

*(...) posso afirmar que o que se vê na teoria é lindo, mas muito distante do que é a verdadeira prática. Em relação a ser professor de escolas rurais, isto não foi nem sequer comentado durante o tempo da formação. Aprendi a ser professora na prática (Kátia Machado).*

As narrativas revelam aspectos da formação inicial nos cursos de Licenciatura, em geral, e de História, em particular. Demonstram que o processo de formação não se constrói apenas nos cursos frequentados em escolas e Universidades, durante determinados períodos da vida. Segundo os professores, não foram preparados para a realidade escolar no meio rural. A visão idílica da formação não corresponde à realidade da rotina da escola. A prática, a experiência cotidiana, as trocas com colegas de trabalho foram os principais responsáveis pelo processo de formação docente.

No espaço escolar no meio rural, circulam afetos, emoções, calor humano, aceitação. Dessa forma, podemos afirmar que existem gostos e vantagens da docência em escolas no meio rural, como observamos a partir da seguinte narrativa:

*Ser professora de escola rural não é só enfrentar dificuldades e necessidades, existem também as vantagens. O que eu mais destaco, ao longo de minha experiência, é a amizade. (...). O aluno de escola rural é mais humilde, mais amigo, em qualquer lugar que ele o encontre ele vai até você. Um orgulho que tenho é encontrar meus ex-alunos que estão na faculdade, e estes afirmam lembrar de minhas aulas, relacionar com o que está sendo estudado na faculdade, isto é um gosto. Outra vantagem é o número menor de alunos na sala de aula, isto é maravilhoso, possibilita um aprendizado melhor. Mas, acima de tudo, a amizade que você constrói com os alunos é muito importante (Ana Cristina).*

A História como disciplina escolar é constituída de saberes considerados fundamentais no processo de escolarização dos jovens. Nesse sentido, passou por mudanças significativas no que se refere aos métodos, conteúdos e finalidades configurados nos currículos prescritos e vividos na sala de aula. Isto nos faz pensar a História como uma disciplina fundamentalmente formativa, como possibilidade de luta por uma escola do campo.

Em nossa investigação (Silva Júnior, 2007), constatamos que todos os professores foram unânimes em afirmar o desinteresse pelos alunos pelo ensino de História instituído pelo currículo escolar. A estratégia mais utilizada para estimular o interesse pelo ensino de História é buscar aproximar o saber histórico da realidade vivida pelos alunos. Destacamos a seguinte narrativa:

*Tento aproximar o ensino de História da realidade dele para que ele possa entender e, aos poucos, vou despertando o interesse pela investigação. Quando ele se sente um investigador e busca entender o processo histórico, a disciplina se torna mais interessante despertando o interesse pela aprendizagem (Ana Cristina).*

O ensino de História pode contribuir para a formação do indivíduo, que vive na cidade e no campo, que recebe informações simultâneas, de acontecimentos

internacionais; que convive com problemas ambientais, com injustiças sociais, disputa pela terra, violência. Esse indivíduo que vive o presente deve, pelo ensino de História, ter condições de refletir sobre tais acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos acontecimentos de ordem política, econômica e cultural.

Ouvir os professores, seus saberes e fazeres no cotidiano da sala de aula, refletir sobre o papel do ensino de História, pode ser um caminho para a construção de um ensino que leva em conta a diversidade cultural, as especificidades dos povos do campo e, assim, possibilitar transformações na complexa realidade que caracteriza o meio rural. São fundamentais pesquisas que se voltem para a cultura escolar e para uma reflexão sobre o saber histórico mobilizado no cotidiano.

O estudo revelou que o espaço rural do município de Araguari-MG é marcado por permanências e discontinuidades, inseridas num contexto de transformações sócio-econômicas e culturais, que caracterizou o cenário rural brasileiro nas últimas décadas. Concluiu-se que a educação escolar, para as pessoas que vivem e trabalham no campo, deve possibilitar a compreensão e a ampliação das suas oportunidades como sujeitos, para que sejam capazes de lutar pelas transformações necessárias à sua realidade social, econômica e cultural. Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas em colaboração com as escolas no meio rural, podem ser um caminho de mudanças do processo educativo, pois valorizam e evidenciam os seus problemas e possibilidades.

#### **4. Considerações finais**

Os estudos sobre a educação escolar no meio rural brasileiro, em especial o mineiro, nos remetem a uma questão: o que é rural?

Falar em rural, na sociedade brasileira do século XIX, não é o mesmo que falar de rural no início do século XXI. O mundo rural destacou-se por se organizar em torno de uma tetralogia: 1) uma função principal de produzir alimentos; 2) uma atividade econômica dominante, que é a agricultura; 3) um grupo social de referência, que é a família rural com modos de vida, valores e comportamentos próprios; 4) um tipo de paisagem, que reflete o equilíbrio entre as características naturais e o tipo de atividade humana desenvolvida.

Esse conceito já não dá conta da complexidade que caracteriza o meio rural brasileiro no atual contexto. Entendemos o rural como uma categoria histórica que se transformou, nos diferentes momentos, como um espaço diverso, plural nos aspectos

sociais, econômicos, históricos e culturais. O mundo rural é maior que o mundo agrícola. Cada vez mais vem sendo valorizado como produtor de bens não tangíveis, como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de novos produtos agrícolas, como a criação de animais exóticos, cultivo de flores raras, etc. O que denota que, além de um espaço de preservação ambiental, também começa a ser visto pelos formuladores de políticas públicas, como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e renda para segmentos da população no meio rural.

Dessa forma, é necessário que as pesquisas acadêmicas busquem problematizar a relação entre a diversidade do meio rural brasileiro e os processos educativos que aí se realizam. Nossa investigação acerca da educação escolar no meio rural mineiro, fundamentada nas produções acadêmicas das IES mineiras, nos permite afirmar que a quantidade de estudos produzidos ainda é muito pequena. É possível que o desinteresse dos pesquisadores a respeito dessa temática reflita o desinteresse do Estado pela educação escolar no meio rural.

Mesmo com a pressão dos movimentos sociais rurais sobre o Poder Público, podemos concluir que a educação, no meio rural, é considerada tema de menor importância, tanto pelo Poder Público quanto pelas universidades e centros de pesquisas.

Um dos aspectos recorrentes nos diversos trabalhos levantados foi ressaltar a iniciativa do Estado em atender à Constituição de 1988, que determina a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças. É da competência da União, Estados e Municípios proporcionar meios de acesso à educação, garantindo o transporte escolar, enfim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola independente do local.

A investigação nos revelou a incipiência de pesquisas sobre o ensino de História em escolas no meio rural mineiro. O trabalho do professor de História é de insuflar nova vida nos relatos que nos dizem sobre o passado, por meio do uso da imaginação, da capacidade poética de retramar o que está tramado, redizer o que está dito e rever o que já foi visto. Acreditamos que o ensino de História pode “empoderar” os sujeitos do campo a lutar por uma educação que estabeleça uma sintonia fina cada vez mais precisa entre o tempo escolar e o tempo comunidade.

Os estudos reforçam a necessidade de pesquisas sobre a educação no meio rural mineiro, pois é só por meio das investigações que é possível extrair experiências para orientar e projetar outras práticas e políticas de educação. É possível considerar que,

atualmente, ao contrário de outros períodos históricos, este é particularmente favorável à tarefa de repensar o meio rural, porque a crise da urbanização e a incipiente consciência da necessidade de um desenvolvimento sustentável criaram um espaço particular para isto. Além disso, a própria organização dos movimentos sociais criou, efetivamente, as condições para se pensar o meio rural sobre bases não necessariamente urbanas.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Maria Railma. **Impasses, Interferências e perspectivas na gestão democrática da educação: a experiência de uma escola rural.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. 2003.

ANDRADE, Therezinha. **O quê os diários revelam: práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibitité, Minas Gerais, 1956-1959.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2006.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; ROCHA, Maria Isabel Antunes; CORAGEM, Amarílis Coelho; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; SOUZA, João Valdir Alves; CORREA, Juliane; CARVALHO, Luzeni F. O.; FARIA, Alessandra Rios. Diálogos entre escola formação docente e práticas sócio-culturais: possibilidades e limites da Educação do Campo. In: GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) (et al) **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais.** Regina Vinhaes Gracindo, Carlos Frederico B. Loureiro, João dos Reis Silva Júnior, Márcia Soares de Alvarenga, Marlene Ribeiro, Rosa Helena Dias da Silva (orgs). (et al). Brasília: Líber Livro Ed., 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagne (Orgs.) **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BENFICA, Welessandra Aparecida Benfica. **A escola rural na década de 90: expectativas e significados da experiência escolar para os alunos e suas famílias.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nova LDB (Lei nº 9394/96).** Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (Lei nº 5692/71). <http://www.pedagogiaemfoco.br> . Acesso em 20/12/2005.

BRASIL. Ministério da Educação – **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

CAMARGO, Patrícia Benvenuti. **Ruralidade e Escolarização: desafios e propostas educacionais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2008.

CARVALHO, Luzeni Ferraz de Oliveira. **Práticas de leitura de homens e mulheres do campo: um estudo exploratório no Assentamento Paulo Freire – Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2008.

COMETTI, Ellen Scopel. **A extensão na escola superior de agricultura e veterinária de viçosa (ESAV): 1926-1948**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2005.

CORREIA, Luciana Oliveira. **Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST/significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2004.

DIAS, Vânia Aparecida Costa. **Práticas de leitura de professoras no meio rural**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 1999.

DUARTE, Elisa Guedes e GUEDES, Vicente G.F. **Educação, tecnologia e desenvolvimento rural; relato de um caso em construção**. Brasília, DF; Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FARIA, Alessandra Rios. **Escola, família e movimentos sociais: um estudo sobre a relação família-escola em um assentamento do MST em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2007.

FERREIRA, Maria Jucilene Lima. **Esperança e persistência: os significados da docência em um assentamento Belo Vista, do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2006.

FLORES, Maria Marta Lopes. **Escola Nucleada Rural: Histórico e Perspectivas (Catalão – GO, 1998 – 2000)** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2000.

FREITAS, Mirza Maria Cury Diniz. **“Em cantando” professores/as e alunos/as: uma proposta de prática musical numa escola rural**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba, MG, 2004.

GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. **Processos de inclusão social: um estudo a partir das vivências de educadoras infantis de associações comunitárias rurais do Vale do Jequitinhonha, MG**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2008.

GRACIANO, Marlene Ribeiro da Silva. **O ensino da língua portuguesa por meio da retextualização de narrativas orais de assentados/as.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba, MG, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Urbanização do processo escolar rural.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, MG, 1996.

LUCINE, Marizete. **Memória e história na formação da identidade Sem Terra no Assentamento Conquista na Fronteira.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007.

MATEUS, Kergilêda Ambrosio de Oliveira. **Formação e saberes das professoras do Assentamento Rural Vila Isabel, Bahia, Brasil: Tecendo teias, desvelando identidades.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2007.

MOREIRA, Marta Candido. **Diversidade cultural e formação de professores/as: uma experiência em um assentamento rural.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba, MG, 2004.

NORONHA, Ana Catharina Mesquita. **Educação de jovens e adultos do acampamento Ho Chi Minh: um estudo a partir das práticas de alfabetização.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2005.

PINTO, Helder de Moraes. **A escola normal regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2007.

PORTILHO, Maria Sibebe Brasiliense. **Extensão rural: o fio e trama na construção da representação social do pequeno produtor.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, MG, 1998.

REIS, Cleivane Peres. **Educação Escolar e trabalhadores (as) rurais na Zona da Mata Mineira: um estudo teórico/prático sobre o (des) conhecimento das ideologias.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2002.

REIS, José Valente. **O Ensino de Ciências numa escola rural: um olhar crítico com base no cotidiano.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 1999.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Representações sócias de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra.** Doutorado (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2008.

RODRIGUES, Ângelo Constâncio. **A Educação Profissional Agrícola de nível médio: O Sistema Escola Fazenda na Gestão da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário COAGRI (1973-1986).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. 1999.

RODRIGUES, Giovana de Sousa. **A alfabetização de Jovens e Adultos do NST na perspectiva das variedades lingüísticas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. 2003.

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: limites e possibilidades do processo de nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2007.

SILVA JÚNIOR, A. F. **Saberes e práticas de ensino de História em escolas rurais (um estudo no município de Araguari, MG, Brasil).** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2007.

SILVA, Euza Arruda de Oliveira Teixeira. **Educação Infantil com prioridade para a zona rural no município do Pará de Minas-MG.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2004.

SILVA, Fabrício Valentim. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2007.

SILVA, L. H., FERNANDES, C.C. P., SANTOS, A. X. M., MONTENEGRO, M., OLIVEIRA, C.G., GOMES, C. R. **Educação do campo em Minas Gerais – sua história e desafios.** Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos>. Acesso em 30 de janeiro de 2008.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. **Revista Presença Pedagógica.** v. 12 n. 69 mai./ju. 2006.

SILVA, Paulo Lucas. **Mínima moradia e educação: reflexões sobre a formação humana na educação rural.** Doutorado (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2008.

SILVEIRA, Tânia Cristina. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG, 1934 a 1953).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2008.

VALE, Maria Júlia Andrade. **O Universo Garimpeiro: a presença da educação na vida de garimpeiros do Distrito de Sopa, Alto Vale do Jequitinhonha.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 1997.